



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE LIMEIRA
FORO DE LIMEIRA
1ª VARA CRIMINAL
RUA BOA MORTE, 661, Limeira-SP - CEP 13480-181
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

SENTENÇA	
Processo Digital nº:	1007757-38.2023.8.26.0320
Classe – Assunto:	Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular - Calúnia
Documento de Origem:	Tipo de Documento dos Dados da Delegacia << Informação indisponível >> - Número Doc. e Dist. Pol. dos Dados da Delegacia << Informação indisponível >>
Autor e Querelante:	Justiça Pública e outro
Querelado:	_____

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Fábio Augusto Paci Rocha**

Vistos.

_____ ofereceu queixa-crime contra _____, ambos devidamente qualificados nos autos, imputando-lhe a prática dos crimes previstos nos artigos 138 e 139, combinados com o art. 141, III, na forma do art. 70, segunda parte, todos do Código Penal, pois, conforme a peça acusatória, no dia 23/05/2023, em um grupo de WhatsApp mantido pela Querelante com clientes de uma mesma família – destinado ao repasse de informações sobre o andamento de ações indenizatórias – o Querelado teria enviado diversos áudios que, segundo alegado, configurariam os delitos de calúnia e difamação. Dentre as ofensas, o Querelado acusou-a de "roubar" e de ter "vendido a causa", fatos que levaram ao registro do Boletim de Ocorrência nº GW0201-1/2023.

Houve audiência de conciliação (fls. 209/210), celebrando-se acordo (fls. 221/224), que foi descumprido (fls. 251/253), prosseguindo-se o feito com o recebimento da peça acusatória (fls. 257) e citação do Querelado (fls. 277), o qual, por intermédio de Defensor constituído, apresentou resposta à acusação (fls. 290/300).

Não sendo caso de absolvição sumária, foi designada audiência de instrução, na qual foram tomadas as declarações da Querelante, ouvida uma testemunha e, ao final, interrogado o Querelado.

Nada requereram as partes na fase do art. 402 do CPP, encerrando-se a instrução.

Em alegações finais, a Querelante requereu a condenação conforme os termos da queixa-crime. A Defesa, por sua vez, pediu a absolvição por ausência de dolo ou, de forma subsidiária, a aplicação dos benefícios legais em caso de condenação. O



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE LIMEIRA
FORO DE LIMEIRA
1ª VARA CRIMINAL
RUA BOA MORTE, 661, Limeira-SP - CEP 13480-181
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

1007757-38.2023.8.26.0320 - lauda 1

Ministério Público manifestou-se pela condenação.

É o relatório. Fundamento e decido.

Não havendo preliminares e presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, passo à apreciação do mérito.

A materialidade está comprovada pelo Boletim de Ocorrência (fls. 17/20), pelas transcrições dos áudios ofensivos na peça acusatória, pelo termo do acordo juntado às fls. 222 e pela prova oral produzida em juízo.

A autoria também é certa e recai sobre a pessoa do Querelado.

Com efeito, a Querelante, _____, ouvida em Juízo, relatou que propôs ações de indenização por danos morais e materiais em favor de uma família composta por 13 membros, incluindo o Querelado. Após o início dos pagamentos, este passou a acusá-la de agir em favor da parte contrária. Embora a Querelante tentasse explicar os trâmites processuais, as acusações persistiram. A pedido dos familiares, ela criou um grupo com todos os envolvidos para informar sobre o andamento das ações. Em determinado momento, começou a enviar diversos áudios afirmando que a Querelante havia “roubado a família dele”, que estaria associada aos advogados da parte adversa e teria recebido dinheiro indevido. Chegou a insinuar ameaças, dizendo que “Limeira é pequena” e que “iria encontrá-la para ver o que faria com ela”. Contou que buscou intermediação do presidente da OAB para tentar solucionar o conflito de forma pacífica. O Querelado chegou a se retratar em audiência de conciliação, mas logo retomou as ofensas, enviando mensagens de whatsapp e publicando conteúdo semelhante em perfis abertos no Instagram dele e de sua esposa. Acrescentou que soube, por meio de familiares do Querelante, que ele continuava proferindo as mesmas acusações.

A testemunha _____, ouvido em Juízo, disse que, por volta de agosto de 2024, acompanhou a doutora _____ a uma reunião na sede da Ordem dos Advogados, que seria intermediada pelo presidente da OAB, para esclarecer ao Sr. _____ e a seus familiares sobre honorários contratuais e sucumbenciais. Segundo o depoente, ao chegarem ao local, antes mesmo de o encontro começar, _____ já demonstrou comportamento hostil, dirigindo-se a _____ de forma agressiva e irônica, dizendo frases como “o que a senhora está olhando para mim?” e “carinha feia é fome”, embora ela não tenha respondido. Relatou que, logo no início da reunião, _____ e sua esposa começaram a se exaltar. Quando o presidente explicou que as questões processuais estavam regulares, _____ passou a acusar _____ de maneira ofensiva, chamando-a de “advogada malandra”, “advogada bandida” e “advogadinha”, afirmando que ela “estava em conluio com outros advogados” e que “tinha tomado o dinheiro deles”. O depoente afirmou que o presidente da OAB chegou a adverti-lo, dizendo que, se ele continuasse com aquelas ofensas, encerraria a reunião e tomaria providências mais sérias. Apesar das provocações, _____ permaneceu em silêncio durante todo o tempo, sem revidar. A



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE LIMEIRA

FORO DE LIMEIRA

1ª VARA CRIMINAL

RUA BOA MORTE, 661, Limeira-SP - CEP 13480-181

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

1007757-38.2023.8.26.0320 - lauda 2

testemunha ainda destacou que _____ chegou a afirmar, em tom ameaçador e depreciativo, que “Limeira é uma cidade pequena e todo mundo fica sabendo das coisas”. Por fim, o depoente informou que viu uma postagem ofensiva de _____ em rede social, que lhe foi mostrada por _____, embora não a tenha visualizado diretamente no Instagram.

O Querelado, _____, ouvido em Juízo, relatou que, após um acidente, ele e alguns familiares procuraram a doutora _____ para representá-los em juízo. Quatro anos depois, voltou a contatá-la, mas disse ter sido tratado com desdém, sendo informado de que, caso a seguradora não efetuasse o pagamento, a empresa de transporte não teria obrigação de indenizar. Ele explicou que, ao mencionar “Limeira é uma cidade pequena”, quis destacar ter conhecimento de que a companhia possui estrutura suficiente na cidade para cumprir com a obrigação. Informou ter solicitado à advogada que pleiteasse reparação por danos físicos, mas ela ingressou apenas com pedido de danos morais. Alegou ter dito a ela que não concordava com a forma como a causa foi conduzida, que a profissional deveria ter se dedicado mais ao caso. Disse ainda que havia um valor depositado em seu nome no Banco do Brasil, referente a prejuízos materiais, como roupas, celular e passagem, mas a advogada teria alegado se tratar de honorários, e posteriormente o dinheiro não foi recebido por ele. Reconheceu que, em momento de irritação, exagerou em suas palavras ao telefone, podendo ter afirmado que a advogada havia se apropriado do valor, mas negou qualquer ameaça ou intenção de difamá-la. Declarou que publicou em rede social que um advogado em Limeira teria que devolver o dinheiro, sem citar o nome da profissional. Acrescentou que _____ também teria feito comentários depreciativos em grupo familiar, provocando desentendimentos entre os membros da sua família.

Pois bem.

A prova constante dos autos demonstra, de maneira inequívoca, que o Querelado incorreu no crime de calúnia, ao imputar à Querelante a prática de crime – afirmando que ela teria “roubado” valores pertencentes a clientes e que teria vendido a causa que patrocinava –, bem como incorreu no crime de difamação, ao atribuir-lhe fatos ofensivos à reputação – insinuando que estaria “enrolando” os clientes.

As condutas do réu foram confirmadas pelo depoimento da vítima, que narrou os acontecimentos de forma coerente e convicta, característica comum àqueles que dizem a verdade. E a narrativa da Querelante foi corroborada pelo testemunho de _____, que acompanhou ambos em audiência de esclarecimento na OAB e disse ter presenciado algumas ofensas. Também, pelas transcrições de conversas de WhatsApp juntadas aos autos, nas quais se registram trechos como: “*onde já se viu a senhora tomar dinheiro do cliente, a senhora fez isso, a expressão correta é essa*”, “*o valor que a senhora deveria recolher já foi recolhido, do referido cliente*”, “*tá enrolando todo mundo*”, “*vendeu essa causa ai pros caras*”. (fls. 02/03).

Essas imputações configuram, claramente, ofensa à honra objetiva da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE LIMEIRA
FORO DE LIMEIRA
1ª VARA CRIMINAL
RUA BOA MORTE, 661, Limeira-SP - CEP 13480-181
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

1007757-38.2023.8.26.0320 - lauda 3

Querelante, atingindo sua reputação perante os demais integrantes do grupo de WhatsApp.

Ademais, no que se refere especificamente à calúnia, cabia ao Querelado comprovar a veracidade das acusações, o que não ocorreu. Ao contrário, reconheceu a ausência de respaldo, conforme evidenciado no acordo firmado às fls. 222. E mais, a documentação apresentada pela vítima, comprova a regularidade dos honorários cobrados e a correta destinação dos valores aos clientes.

De fato, os documentos juntados à inicial demonstram que, em 04/08/2022, a Querelante levantou R\$ 63.563,29 (fls. 132), descontando os honorários sucumbenciais de 20% (fls. 55) e contratuais de 30% (fls. 133/137), repassando o saldo ao cliente (fls. 140), afastando qualquer indício de apropriação indevida.

Assim, competia ao Querelado apresentar motivos legítimos e concretos para acreditar na veracidade das imputações, o que não ocorreu.

Outrossim, considerando a natureza das expressões utilizadas e o contexto em que proferidas, é inquestionável o dolo de ofender a honra da Querelante. Como bem destacado pelo Ilmo. Promotor de Justiça, *“O teor das mensagens, a prova testemunhal e o comportamento reiterado do Querelado, que inclusive descumpriu acordo judicial, demonstram a nítida intenção de macular a honra objetiva e subjetiva da vítima, ora afirmando fatos ofensivos à sua reputação (crime de difamação) – quando, por exemplo, menospreza seu trabalho como advogada no processo –, ora imputando a ela fatos criminosos (calúnia) – quando afirma que ela está em conluio com a outra parte e que se apropriou de valores dos clientes”*.

Nesse cenário, não se sustentam os argumentos da Defesa quanto à ausência de dolo específico. As provas são consistentes e evidenciam a intenção deliberada de atingir a honra da Querelante.

Ainda, presente a causa de aumento prevista no art. 141, III, do Código Penal, que estabelece: *“As penas cominadas neste Capítulo aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido: (...) III - mediante recurso que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria”*. No caso, os ilícitos foram praticados por meio do WhatsApp, em grupo com múltiplos participantes, recurso que inequivocamente facilita a propagação das ofensas, permitindo compartilhamento e visualização por diversas pessoas, potencializando o dano à honra da vítima. A jurisprudência reconhece que mensagens enviadas por aplicativos de comunicação, mesmo em grupos restritos, configuram meio apto a ampliar a divulgação, justificando a aplicação da causa de aumento do art. 141, III, do CP.

Por fim, cabe observar que o réu, mediante uma única conduta (envio de mensagem), praticou dois crimes distintos (calúnia e difamação), caracterizando concurso formal próprio, nos termos do art. 70, caput, 1ª parte, do Código Penal. Ambos os delitos

1007757-38.2023.8.26.0320 - lauda 4



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE LIMEIRA

FORO DE LIMEIRA

1ª VARA CRIMINAL

RUA BOA MORTE, 661, Limeira-SP - CEP 13480-181

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

decorreram de uma mesma vontade de denegrir a reputação profissional da vítima, sendo proferidos no mesmo contexto e com o mesmo objetivo.

Portanto, impõe-se a condenação do réu nos termos dos arts. 138 e 139, c.c. art. 141, III, na forma do art. 70, caput, 1ª parte, todos do Código Penal.

Ressalta-se que não foram comprovadas causas excludentes da ilicitude ou da culpabilidade, e eventuais circunstâncias judiciais, agravantes, atenuantes e causas de aumento na dosimetria da pena.

Passo à dosimetria da pena, nos termos do art. 68, caput, do CP.

Na primeira fase, considerando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, verifico que a culpabilidade é normal à espécie; o réu ostenta um antecedente criminal (fls. 351 – Autos nº. 21070-08.2003.8.26.0604); inexistem elementos que permitam a devida valoração da conduta social e personalidade do agente; os motivos, circunstâncias e consequências do crime são próprios do tipo; não sendo identificada conduta concorrente da vítima. Assim, considerando o antecedente, majoro a pena-base, fixando-a nos seguintes patamares: a) calúnia (art. 138 do CP): 07 meses de detenção e 11 dias-multa; b) difamação (art. 139 do CP): 03 meses e 15 dias de detenção e 11 dias-multa.

Na segunda fase, ausentes agravantes, mas presente a atenuante da confissão (que aqui considero por ter influído na convicção judicial - Súmula 545 do STJ), pelo que atenuo as reprimendas e fixo as penas intermediárias em a) calúnia (art. 138 do CP): 06 meses de detenção e 10 dias-multa; b) difamação (art. 139 do CP): 03 meses de detenção e 10 dias-multa.

Na terceira fase, presente a causa de aumento do art. 141, III, do CP, majoro ambas as penas em 1/3, resultando: a) calúnia: 08 meses de detenção e 13 dias-multa; b) difamação: 04 meses de detenção e 13 dias-multa.

Considerando que o réu praticou dois crimes mediante uma única conduta, sem desígnios autônomos, aplico à pena mais grave (calúnia) o aumento de 1/6, resultando na PENA DEFINITIVA de 09 meses e 10 dias de detenção e 26 dias-multa.

À míngua de informações sobre as condições econômicas do réu, fixo cada dia-multa no valor mínimo unitário (art. 60, CP).

Tendo em vista a pena privativa de liberdade fixada e os critérios apontados nos artigos 33, §§ 2º e 3º, e 59, do Código Penal, estabeleço o regime ABERTO para início do cumprimento da pena de detenção.

O réu preenche os requisitos do art. 44 do CP, considerando que não é reincidente, a pena não excede 4 anos e os crimes foram praticados sem violência ou grave ameaça. Assim, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE LIMEIRA
FORO DE LIMEIRA
1ª VARA CRIMINAL
RUA BOA MORTE, 661, Limeira-SP - CEP 13480-181
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

1007757-38.2023.8.26.0320 - lauda 5

direitos, consistentes na prestação de serviços à comunidade pelo tempo da pena substituída, em entidade a ser indicada pelo Juízo da Execução.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão acusatória para CONDENAR _____, qualificado nos autos, às penas de 09 meses e 10 dias de detenção, em regime inicial ABERTO, e ao pagamento de 26 dias-multa, de valor unitário mínimo, pela prática dos crimes previstos nos artigos 138 e 139, c.c. 141, III, na forma do art. 70, 1ª parte, todos do Código Penal.

SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direitos, nos termos do art. 44, §2º, do CP, consistente na prestação de serviços à comunidade pelo tempo da pena substituída, em local a ser indicado pelo Juízo da Execução

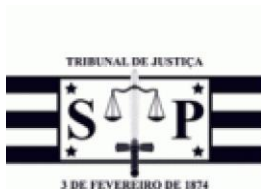
Nos termos do art. 804 do CPP, condeno o réu a pagar, ao final da ação, taxa judiciária, no valor de 100 UFESPs, conforme art. 4º, §9º, a, da Lei 11.608/03.

Em cumprimento ao disposto no artigo 387, §1º, do Código de Processo Penal, defiro ao réu o direito de recorrer em liberdade, tendo em vista a pena imposta e o fato de que vem respondendo solto ao processo.

Deixo de proceder à fixação do valor mínimo da indenização previsto no artigo 387, IV, do Código de Processo Penal, por não haver indicação expressa do valor do prejuízo, o que inviabiliza o contraditório.

Por fim, transitada em julgado a presente sentença:

- a. Comunique-se o Tribunal Regional Eleitoral (artigo 15, III, CF) e ao IIRGD;
- b. Em relação à pena de multa e eventual cobrança de taxa judiciária, cumpra-se nos termos do Provimento 05/2022, e havendo saldo remanescente, devolver ao réu;
- c. Expeça-se guias de recolhimento definitivo, se o caso, e procedam-se às demais diligências necessárias ao início da execução penal;
- d. Procedam-se às demais diligências e comunicações determinadas no Código de Normas da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça;
- e. Se dativo, arbitro os honorários advocatícios do(a)(s) defensor(es) nomeado(a)(s), nos termos do Convênio DPE/OAB. Expeça(m)-se a(s) respectiva(s) certidão(ões);
- f. Oportunamente, arquivem-se os autos com as baixas de estilo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE LIMEIRA
FORO DE LIMEIRA
1ª VARA CRIMINAL
RUA BOA MORTE, 661, Limeira-SP - CEP 13480-181
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

1007757-38.2023.8.26.0320 - lauda 6

PUBLICADA EM AUDIÊNCIA, SAEM OS PRESENTES INTIMADOS.

Limeira, 07 de outubro de 2025.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE LIMEIRA

FORO DE LIMEIRA

1ª VARA CRIMINAL

RUA BOA MORTE, 661, Limeira-SP - CEP 13480-181

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

1007757-38.2023.8.26.0320 - lauda 7